

**1.273**

**PROFESSORES DA UFRJ**  
AVALIARAM A PROPOSTA  
SALARIAL DO GOVERNO

**670**

**APROVARAM**

**579**

**DISCORDARAM**

**24**

**SE ABSTIVERAM**

**A CONSULTA FOI PELO SISTEMA HELIOS. A DIRETORIA DA ADUFRJ  
CELEBROU O ENGAJAMENTO E AVALIOU QUE O MÉTODO DE VOTAÇÃO  
FOI DECISIVO PARA AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES**





#OrgulhoDeSerUFRJ

FERNANDO SOUZA

# Contrato com Ebserh será assinado nos próximos dias

> Amâncio Paulino, professor do IESC, assumirá a superintendência geral das unidades (Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, IPPMG e Maternidade Escola) que serão geridas pela empresa

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

Falta pouco para a UFRJ aderir à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A cerimônia de assinatura do contrato chegou a ser marcada para esta sexta-feira (24), com direito à presença do ministro da Educação, Camilo Santana, em Brasília. De última hora, no entanto, acabou adiada.

O reitor Roberto Medronho explicou a mudança: “Vários parlamentares da bancada do Rio desejam participar da cerimônia, o que muito nos orgulha. É um prestígio do Poder Legislativo em relação à UFRJ. Eles solicitaram que fosse feita em outro dia”, disse. “O ministro, sensível ao pedido dos parlamentares, adiou para data a ser definida, mas será muito em breve”, completou.

Tão em breve que já está engatilhada a nomeação da cúpula administrativa da empresa na universidade. Todos os nomes, indicados pela reitoria, foram referendados pela Ebserh. O

professor Amâncio Paulino Carvalho, do IESC, será o superintendente geral. Marcelo Land, do IPPMG, será o responsável pela superintendência de ensino e pesquisa. Já o professor Paulo Xavier de Mendonça, também do IESC, assumirá a superintendência administrativa. “No dia que assinarmos o contrato, serão imediatamente nomeados”, afirmou Medronho.

Os atuais diretores das três unidades (Hospital Universitário Clementino Fraga Filho; Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira; e Maternidade Escola) que serão geridas pela Ebserh mantêm seus cargos e também serão nomeados dentro da nova estrutura como superintendentes executivos. No HU, professor Marcos Freire; na Maternidade Escola, professor Joffre Amim Jr; e no IPPMG, professor Giuseppe Pastura.

“Como sempre falamos, não virá uma estrutura de fora. A Ebserh é uma forma de gestão, proposta pelo governo Lula e sancionada durante o governo Dilma”, afirmou o reitor. “E, como está escrito na lei e no



Para um ano, a meta é chegar a 315 leitos no hospital. Hoje, são 180

MARCOS FREIRE  
Diretor do HUCFF

contrato, será preservada a autonomia universitária. É um preceito constitucional que nenhuma lei pode ferir”, completou.

## ALÍVIO NO COFRE

A expectativa da reitoria com o contrato é tirar as unidades de saúde da atual crise financeira e de pessoal. E, por outro, aliviar o cofre geral da instituição, graças à transferência das despesas dos hospitais para a empresa. “O contrato prevê um processo de transição durante um ano, a partir da assinatura. Os impactos poderão ser medidos, mas não de forma imediata”, diz Medronho.

Um dos impactos deverá ser a contratação de mais de mil profissionais, ao longo dos próximos meses, com uma parte deles substituindo os atuais extraquadros — funcionários com vínculo trabalhista precário que atuam no Complexo Hospitalar da UFRJ. Hoje, a universidade gasta cerca de R\$ 26,5 milhões anuais com os salários do grupo. “Incluindo os extraquadros, gastamos com

estas três unidades entre R\$ 60 milhões e R\$ 70 milhões”, informa Medronho. Os valores, que serão assumidos pela Ebserh, poderão ser liberados para outras despesas da instituição.

## ESPERANÇA

“É uma luz no fim do túnel”, reforçou o diretor do HU, professor Marcos Freire. “Essa adesão trará investimentos tanto em recursos humanos como em estrutura e equipamentos”. “Assinando, já há uma meta para os cem primeiros dias de aumentar 14 leitos de CTI e 12 leitos de serviço cirúrgico só para o HU”, antecipou. “Para um ano, a meta é chegar a 315 leitos no hospital. Hoje, são 180”.

Também já está aprovada junto à prefeitura da cidade — gestora do Sistema Único de Saúde — uma reserva de mais R\$ 27 milhões para aumentar o teto anual de gastos com os atendimentos dos três hospitais. “Isso dará mais R\$ 2,1 milhões mensais para as três unidades, sendo R\$ 1,4 milhão para o HU”, explicou Freire.

em educação, apesar dos nossos diversos apelos, essa atividade não foi considerada essencial pelo Comando Local de Greve (CLG).

A PR-2 e a SG-TIC vêm conversando com o DCE, APG e ADUFRJ tentando deixar clara a gravidade da situação e solicitando que nos auxiliem na mediação com o CLG-SINTUFRJ. Contamos com o apoio dos discentes e docentes para nos ajudar a superar este impasse. A SG-TIC, como gestora responsável pela área de Tecnologia da Informação e Comunicação, alerta que se não houver a retomada urgente do desenvolvimento do sistema, será impossível garantir a disponibilização do processo seletivo, acarretando um sério prejuízo acadêmico e financeiro à UFRJ.

Queremos deixar claro para a comunidade universitária, principalmente para os estudantes, que se não conseguirmos identificar uma solução institucional em tempo hábil perderemos o acesso às bolsas de Iniciação Científica do CNPq por 3 anos. As consequências serão drásticas: teremos um desarranjo fulminante em uma joia de nossa instituição, com a perda inestimável de oportunidades para milhares de alunos de graduação e de dezenas de milhões de reais em recursos para subsidiá-los na permanência em atividades científicas.

comunidade universitária, principalmente para os estudantes, que se não conseguirmos identificar uma solução institucional em tempo hábil perderemos o acesso às bolsas de Iniciação Científica do CNPq por 3 anos. As consequências serão drásticas: teremos um desarranjo fulminante em uma joia de nossa instituição, com a perda inestimável de oportunidades para milhares de alunos de graduação e de dezenas de milhões de reais em recursos para subsidiá-los na permanência em atividades científicas.

**Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2)**

**Superintendência Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (SG-TIC)**

## UNIVERSIDADE PODE PERDER 1,2 MIL BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CNPq

A UFRJ corre o risco de perder 1,2 mil bolsas de iniciação científica do CNPq pelos próximos três anos. O alerta é da pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa e da Superintendência Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (SG-TIC). A universidade precisa desenvolver um sistema eletrônico para selecionar os alunos do próximo ciclo de vigência das bolsas de R\$ 700, que se inicia em 1º de setembro. A atividade, que estava em andamento, foi interrompida com o início da greve dos técnicos-administrativos. Confira, a seguir, a nota distribuída à comunidade da UFRJ.

23/05/2024

À Comunidade da UFRJ, É com extrema preocupação que tornamos pública a situação da UFRJ com relação ao Edital de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC) de 2024. O período de submissão de solicitações institucionais encontra-se aberto, com ofertas de bolsas com 36

meses de duração.

A correta utilização e implementação das bolsas junto ao CNPq demanda um processo seletivo interno que requer um sistema computacional específico. Porém, no momento, não há um disponível que preencha os requisitos operacionais necessários - uma vez que o anterior NÃO ATENDE às constantes atualizações ne-

cessárias à manutenção e aperfeiçoamento de um programa institucional dessa grandeza - e o novo - mais adequado - está presentemente em desenvolvimento tornando-se fundamental a realização de uma adaptação neste sistema pelos nossos qualificados técnicos. Contudo, no contexto da atual greve dos servidores técnico-administrativos

#OrgulhoDeSerUFRJ

# Docentes da UFRJ aceitam proposta do governo

> Participaram da votação pelo sistema Helios 1.273 professores. A proposta foi aprovada por 670 eleitores e rejeitada por 579, o que representa um percentual de 52% a 45% dos votantes

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

Por 670 a 579 votos, os professores da UFRJ decidiram aprovar a proposta salarial encaminhada pelo governo aos sindicatos que representam os docentes federais do magistério superior e do EBTT. Houve, ainda, 24 abstenções. A decisão, apertada, seguiu a orientação da diretoria. Votaram 1.273 professores.

A assembleia foi híbrida, com presenças física e em ambiente remoto. Participaram da primeira fase de discussões, no dia 22, 161 professores. Logo após os debates, as urnas virtuais foram abertas à consulta dos docentes. A votação aconteceu pelo sistema Helios durante 24 horas: das 17h30 da quarta-feira, 22, às 17h30 da quinta, 23.

O formato híbrido e a votação remota permitiram a participação de docentes que estavam fora da universidade e também em Brasília, para acompanhar a marcha dos servidores públicos federais. Ainda assim, houve quem reclamasse do sistema de votação. Para este grupo, o vice-presidente, professor Antonio Solé, lembrou que até o início do século XX, o voto feminino era “desqualificado”. “No passado, o voto das mulheres também não era considerado qualificado. Pretos também eram impedidos, pelo mesmo motivo. Felizmente hoje todos votam. Isso é democracia: respeitar o direito de todas as pessoas”.

Na abertura da assembleia, a presidenta da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, explicou que o encontro respondia ao pedido do Andes para avaliação

da proposta salarial apresentada no dia 15 de maio pelo Ministério da Gestão. “A indicação da diretoria é por aprovar a proposta que contempla um reajuste da ordem de 31% para o início da carreira”, disse Mayra. “Entendemos que essa não é a proposta ideal, mas é melhor que a anterior porque concentra os maiores ganhos na base da carreira, além de apresentar aumento real, acima da inflação do período, em todos os níveis”, justificou a dirigente.

Contrário ao posicionamento da diretoria, o professor Ildeu Moreira, do Instituto de Física, criticou a proposta. “Eu acho que não é o momento de recuarmos. Houve avanços, mas acredito que temos que avançar mais”, disse. “O movimento nacional está forte, tivemos superávit primário grande. Como isso não é refletido na melhoria de vida dos brasileiros?”, questionou.

Alguns docentes da oposição à diretoria da AdUFRJ criticaram a realização da assembleia no dia definido para a paralisação das atividades. “Foi agendada em cima da hora. Tivemos que desmarcar nossas atividades de paralisação”, reclamou a professora Eleonora Ceia, da Faculdade Nacional de Direito. O agendamento da reunião, no entanto, atendeu imediatamente ao pedido feito pelo Andes no dia 20.

Parte dos contrários argumentou que a proposta não prevê recomposição orçamentária para as universidades. “Voltamos ao quinto andar do prédio (JMM) este ano, mas as redes hidráulica e elétrica defendidas comprometem nossas condições de trabalho”, protestou o profes-



FOTOS: FERNANDO SOUZA

**DECISÃO** da assembleia seguiu a orientação da diretoria, que comemorou o engajamento dos docentes



**PEDRO LAGERBLAD:** “Há ganhos reais em todos os níveis”



**ELEONORA CEIA** criticou a reavaliação da assembleia no dia 22

sor Gustavo Costa, do IPPUR. “Acatar proposta que não contempla o orçamento é, para nós, impensável”.

## APOSENTADOS

Houve, ainda, a tentativa de manipular os aposentados con-

tra a proposta, com afirmações falsas de que o governo exclui os aposentados. Elucidamos que qualquer mudança nas tabelas salariais, pela lei, impactam ativos, aposentados e pensionistas.

Outros professores defenderam o aceite da proposta, ape-

sar das limitações orçamentárias. “A proposta atual mantém a estrutura da carreira e faz correções importantes principalmente no início da carreira. Há ganhos reais em todos os níveis”, explicou o professor Pedro Lagerblad, do Instituto de Bioquímica Médica. “Aceitar a proposta do governo não significa que a gente vai parar de lutar pelo orçamento e infraestrutura da universidade”, ponderou a professora Marta Castilho, do Instituto de Economia. “Defendo concentrar nossa pressão sobre o Congresso, que é quem consome parte importante do orçamento federal”, afirmou. “Eu votarei pela aprovação da proposta porque é importante para o futuro da universidade a gente valorizar os ingressantes”.

## O RECADO DAS URNAS

ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufrrj.org.br

Por mais que as projeções mostrem que, ao fim do governo Lula, os docentes das instituições federais de ensino terão recuperado as perdas inflacionárias do período (2023 a 2026) e até conquistado algum ganho real nos salários, a insatisfação da categoria com o reajuste zero em 2024 pode explicar, em parte, a rejeição da maioria das assembleias à proposta do governo. Mesmo em seções sindicais dirigidas por grupos de oposição ao atual comando do Andes, como a ADUR, o descontenta-

mento com a proposta gerou resultados que podem ser classificados como surpreendentes: os docentes da Rural do Rio de Janeiro não só rejeitaram a proposta como se juntaram nesta quinta-feira (23) ao movimento grevista que já abarca mais de 50 universidades de todo o país. Além do reajuste zero este ano e de toda a antipatia que se possa ter pelo regime de déficit zero do ministro Fernando Haddad e pelo arcabouço fiscal — mantidas elencados pelos negociadores do MGI como barreiras a uma proposta melhor —, o contínuo aumento de arrecadação de impostos pela União

encorpa argumentos contra o acordo e em favor da greve. Na UFRJ, o aceite por uma margem mais tímida — 52% a 45% — que a diferença consolidada de 60% a 40% das últimas eleições para a AdUFRJ tem um ingrediente adicional. As más condições estruturais de unidades como o IFCS, a EBA ou a EEFD reforçam o discurso em favor de uma recomposição orçamentária urgente. Essas mazelas expostas em desabamentos, goiteiras, infiltrações e interdições unem lideranças estudantis e de técnicos da UFRJ em ações em favor da greve e contra o aceite das propostas do governo. Mesmo refratária à greve, parte dos professores expressou nas urnas sua insatisfação.

# PARALISAÇÃO

**OS PROFESSORES DA UFRJ VÃO PARAR!**

- Por melhores condições de trabalho
- Por melhores salários

# 27 DE MAIO

**PARTICIPE!**  
A paralisação de 24 horas foi decidida em assembleia docente no dia 22 de maio.



# VEJA O QUE FOI APROVADO

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

A proposta aprovada pelos professores da UFRJ prevê ganhos reais que podem variar de 6,93% a 24,37% nos quatro anos de governo Lula, se aplicada uma inflação de 15% no período. Caso os sindicatos nacionais assinem o acordo na reunião que acontece no dia 27, os ga-

nhos vão valer a partir de janeiro de 2025. A mudança na tabela não alcança só os ativos. Ela é extensiva a aposentados e pensionistas.

Além do indicador linear, que é zero para 2024; 9% a partir de janeiro de 2025; e 3,5% a partir de maio de 2026, os docentes terão reajustes nos degraus da carreira entre as classes de adjunto 2 a 4 e associado 2 a 4

(para o magistério superior) e para DIII 2 a 4 e DIV 2 a 4 (para o EBTT). O percentual aumenta de 4% para 4,5% em 2025; e de 4,5% para 5% em 2026.

Simulação feita pelo diretor do Instituto de Economia, professor Carlos Frederico Leão Rocha, indica que as novas regras aplicadas para os adjuntos 4, na migração para associado 1, geram aumento de 25,5%, sem

considerar o índice linear.

O maior ganho salarial, no entanto, está no início da carreira. Haverá uma nova classe de entrada para os professores federais. Os atuais auxiliar e assistente deixam de existir. Quem estiver nos primeiros níveis será enquadrado no equivalente ao atual BII (magistério superior) e DII 2 (EBTT). Para este nível, o ganho nominal será de 43%.

**AdUFRJ**

### SALÁRIO

A novidade da proposta é o modelo de reajuste. Além do indicador linear, haveria também o aumento pelos degraus da carreira. Os docentes ingressantes com doutorado e dedicação exclusiva teriam até 31,2% nos próximos dois anos. Para os titulares, o percentual seria de 17,6%.

**AdUFRJ**

### SALÁRIO

Comparativo entre as propostas

De 19 de abril	De 15 de maio
Variação dos reajustes de 12,81% a 16,11%	Variação dos reajustes de 17,6% a 31,2%

**AdUFRJ**

### SALÁRIO

Reajustes lineares, sem os adicionais por carreira

2024 - 0%
2025 - 9%
2026 - 3,5%

**AdUFRJ**

### CARREIRA

Mudanças no início da carreira

- Os atuais níveis iniciais seriam cortados. Carreira começaria a partir do atual BII do Magistério Superior e DII 2 do EBTT

**AdUFRJ**

### CARREIRA

Aplicação de novo step para adjunto 2 a 4 e associado 2 a 4 (MS) e para DIII 2 a 4 e DIV 2 a 4 (EBTT). Aumenta de 4% para 4,5% em 2025 e 4,5% para 5% em 2026

*Orçamento*

Acréscimo de R\$ 347 milhões para 69 universidades, 38 institutos federais, além dos Cefets e Colégio Pedro II. O anúncio foi feito pelo MEC e não tem relação com a mesa de carreira

**REAJUSTE ACUMULADO NO GOVERNO LULA**

Classe	2023	2024	2025	2026	Total	Ganho real*
E./Titular/Titular Livre	9,00%	0,00%	10,84%	6,15%	28,24%	11,51%
	9,00%	0,00%	10,84%	6,15%	28,24%	11,51%
D./DIV	9,00%	0,00%	10,31%	5,64%	27,01%	10,45%
	9,00%	0,00%	9,78%	5,14%	25,80%	9,40%
	9,00%	0,00%	9,25%	4,64%	24,61%	8,35%
	9,00%	0,00%	9,25%	4,64%	24,61%	8,35%
	9,00%	0,00%	9,25%	4,64%	24,61%	8,35%
C./DIII	9,00%	0,00%	10,58%	5,49%	27,15%	10,56%
	9,00%	0,00%	10,05%	4,99%	25,94%	9,51%
	9,00%	0,00%	9,52%	4,49%	24,74%	8,47%
	9,00%	0,00%	9,00%	3,99%	23,55%	7,44%
B./DII	9,00%	0,00%	9,00%	3,50%	22,97%	6,93%
	9,00%	0,00%	14,45%	3,50%	29,12%	12,28%
A./DI	9,00%	0,00%	20,74%	3,50%	36,22%	18,45%
	9,00%	0,00%	26,78%	3,50%	43,03%	24,37%

\*(IPCA projetado de 15%)

**AdUFRJ**

### BENEFÍCIOS

Auxílio-alimentação: de R\$ 658 para R\$ 1 mil  
 Auxílio-saúde: de R\$ 144,38 para R\$ 215  
 Auxílio-creche: de R\$ 321 para R\$ 484,90

**\*Válidos desde 1º de maio de 2024**

# Maioria das universidades rejeita proposta do governo

> Rodadas de assembleias encaminhadas pelo Andes e pelo Proifes só termina neste sábado (25). Governo marcou assinatura de acordo para segunda-feira (27) e diz que a proposta é a final

ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufrrj.org.br

Ainda não há balanço oficial do Comando Nacional de Greve (CNG) do Andes, mas um levantamento feito pelo Jornal da AdUFRJ mostra que a maioria das instituições federais de ensino rejeitou a proposta feita pelo governo. O CNG recomendou a recusa da proposta às seções sindicais. Ao contrário do Andes, o Proifes defendeu a proposta e algumas universidades ligadas a ele, caso de parte da UFRGS, já disseram sim.

Em texto postado nas redes sociais do Andes, o CNG justifica a recomendação de não aceitar: "A proposta apresentada pelo governo está muito longe de recompor as perdas salariais sofridas nos últimos anos e desestrutura ainda mais a carreira do magistério federal, apostando na fragmentação das categorias da educação federal em greve e silenciando sobre o estabelecimento de uma agenda de reestruturação rumo à uma carreira única no magistério federal", diz o texto.

Na direção oposta ao Proifes, que apresentou ao governo propostas específicas de reestruturação das carreiras do magistério superior e do EBTT, o Andes defende a adoção de uma carreira única de "docente federal", reunindo os dois segmentos.

rio superior e do EBTT, o Andes defende a adoção de uma carreira única de "docente federal", reunindo os dois segmentos.

## PRÓS E CONTRAS

Os docentes da Federal de Juiz de Fora e do Instituto Federal Sudeste (IF Sudeste), em greve desde 15 de abril, rejeitaram o acordo sugerido pelo governo em assembleia da Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora (Apes), na sexta-feira (17). Uma nova assembleia marcada para esta quinta-feira (23) definiria pontos de contraproposta a ser encaminhada ao Comando Local de Greve, embora o governo já tenha sinalizado que não há margem para novas negociações (veja matéria abaixo).

Esse tem sido o protocolo seguido por várias seções sindicais da base do Andes. Foi assim que professores e professoras da UFRRJ, reunidos em assembleia em 21 de maio, rejeitaram a proposta do governo e aprovaram indicativo de greve a partir desta quinta-feira (23). Eles também aprovaram uma contraproposta. Da mesma forma, os docentes da Federal do Maranhão e da Unifesp rejeitaram a proposta na segunda-feira (20), e os da UnB e da Federal de Alagoas na quarta-feira (22).

## REJEITARAM A PROPOSTA

- UFJF
- UFRA
- IF Sudeste
- UFRRJ
- UnB
- UFMG
- UFSJ
- UFAPE
- UNIFAP
- Unifesp
- UFAC
- UFU
- UFSCAR
- UFF
- Unirio
- UFLA
- Unir (Federal de Rondônia)
- Ifro (I. Federal de Rondônia)
- UFRN
- IFRN
- UFV
- UFMS (Santa Maria, RS)
- UFMS (Mato Grosso do Sul)
- UFPEL
- UFRPE
- UFC
- Unilab
- UFCA
- UFPI
- UFS
- UFPB
- UFPE
- UFMT

## APROVARAM A PROPOSTA

- UFRJ
- UFRGS
- UFSCPA
- IF Sul
- UFRS
- UFSC

(Até o fechamento desta edição)



No próximo sábado (25), às 9h, o CNG se reunirá para avaliação da rodada das assembleias.

Na contramão do CNG do Andes, o Proifes reconheceu vários pontos positivos na proposta do governo, em reunião de avaliação de seu Conselho Deliberativo, no dia 16 de maio. "Em termos nominais, a categoria docente terá reajustes entre 28,20% (titular) e 43,0% (nova carreira de entrada) e, considerada uma inflação projetada de 16,36%, os ganhos reais, acima da inflação, vão variar entre 10,20% (titular) e 22,90% (carreira de entrada). Se considerado o miolo da carreira, o docente C/DIII (MS/EBTT) 4, terá um reajuste real de 9,3% e o docente D/IV (MS/EBTT) 4 terá um reajuste real de 10,2%", observa o Proifes.

Em assembleia realizada na

segunda-feira (20), filiados e filiadas da ADUFRGS-Sindical da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e Instituto Federal Sul-riograndense (IF Sul) decidiram aprovar a proposta do governo com cerca de 80% dos votos pelo aceite. A ADUFRGS-Sindical é da base do Proifes.

Também da base do Proifes, a APUFSC fez processo eletrônico de votação de 21 a 24 de maio. Por 767 votos a 717, os professores aceitaram a proposta do governo. Em greve desde o dia 7 de maio, os docentes decidiram também encerrar o movimento paredista. Votaram, no total, 1.505 pessoas.

## MGI AGENDA ASSINATURA DE ACORDO, MAS ANDES QUER ESTENDER NEGOCIAÇÃO

ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufrrj.org.br

Ao longo desta semana, o CNG do Andes enfatizou a posição de que não aceitará o fim das negociações com o governo e que considera apresentar uma nova contraproposta ao MGI na segunda-feira (27), com base no resultado da rodada de assembleias de suas seções sindicais, ocorrida entre os dias 20 e 24. Mas a posição do governo, exposta na mesa de negociação de 15 de maio, é que sua proposta é final e que aguarda as entidades sindicais no dia 27 para formalizar o acordo.

Em nota de esclarecimento enviada às entidades representativas dos docentes na terça-feira (21), a Diretoria de Relações de Trabalho no Serviço Público do MGI confirmou que o encontro agendado para a próxima segunda-feira (27) não se trata de uma reunião de continuidade do

processo negocial, mas sim um ato para assinatura do Termo de Acordo entre o governo e a categoria. "Em reunião da mesa realizada no dia 15/05/2024, o governo apresentou a sua proposta final", diz a nota. E conclui: "Não restando, por tanto, margem para recepção de novas contrapropostas".

Na quarta-feira (22), o MGI encaminhou às entidades o convite formal para o ato de assinatura do Termo de Acordo com o magistério federal (EBTT e magistério superior), às 14h de segunda-feira (27), na sede do MGI, em Brasília (DF).

A posição do CNG do Andes foi sustentada em mensagem encaminhada nesta quinta-feira (23) ao MGI. Na mensagem, o CNG requer a manutenção da mesa de negociação. O comando de greve encara a postura do governo como um ultimato e convocou uma entrevista coletiva para sexta-feira (24), na sede do

Andes, para defender a continuidade das negociações. "Não nos intimidarão!", sublinhou o CNG na convocação da coletiva por suas redes sociais.

A semana também foi palco de um embate entre o Andes e o Proifes. Se o Andes recomendou a rejeição à proposta do governo, o Proifes acenou com o aceite, destacando vários pontos que considerava avanços para a categoria. Um dos pontos de discordância entre as duas entidades diz respeito aos aposentados. Em suas redes sociais, o Andes sustentou que a proposta vai "alijar aposentados e aposentados", enquanto o Proifes tem outro entendimento. "Os reajustes salariais propostos pelo governo se aplicam aos aposentados na sua totalidade", disse o Proifes, em nota.

De acordo com a federação, a proposta do governo é especialmente benéfica aos aposentados como adjuntos. "Os aposentados que são adjuntos (maioria adjun-

to IV) serão contemplados com a alteração do percentual da classe de entrada para a classe C (adjunto) de 5,5% para 6% e da alteração dos steps da classe C de 4% para 5%, proporcionando um reajuste de 16,7%, ou seja, o provento atual que é de R\$ 14.468,14 na proposta apresentada vai para R\$ 16.877,23 em maio de 2026", exemplifica o Proifes.

O embate ganhou contornos de confronto nos últimos dias. Em suas redes sociais, o Andes fez postagens qualificando o Proifes como "um intruso" e "braço sindical ilegítimo do governo". E foi além. Em 22 de maio, o sindicato nacional encaminhou um comunicado às seções sindicais, secretarias regionais e aos Comandos Locais de Greve propondo ações judiciais para impedir que o Proifes negocie pela categoria.

"A Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN elaborou minuta, a fim de orientar às assessorias jurídicas de todas as seções sindicais do Setor das IFEs e sindicatos em greve, em articulação com as diretorias e os CLGs, a ingressar urgentemente com ação judicial contra o Proifes. Compreendemos que quanto mais ações judiciais sejam postas, mais chances de obter uma liminar que impeça o Proifes de assinar qualquer acordo", diz o comunicado.

Em seu site, em nota de repúdio ao que qualificou como "reacionarismo sindical", o Proifes respondeu aos ataques. "A ANDES ultrapassou todos os limites da decência ao enxovalhar a própria Constituição brasileira, que no inciso XVII e XX do Artigo 5º, fala explicitamente sobre a liberdade para criar ou participar de associações, desde que seus fins sejam lícitos e que não tenham caráter paramilitar; que tem respaldo no art. 37, VI e no artigo 240 da Lei 8.112-90, que respeita a decisão dos sindicatos em associar-se ao PROIFES-Federação". A Federação diz que tomará medidas para que "sejam respeitadas as leis vigentes". "A ANDES, numa ação tresloucada, irresponsável e ilegal, utiliza seu arsenal midiático para promover uma campanha difamatória contra o PROIFES-Federação; e, agora, organiza uma ação massiva da sua assessoria jurídica, para impedir a atuação livre dessa entidade federativa", diz a nota.





# Receitas pela metade, dificuldades em dobro

> Pró-reitoria de Finanças apresenta dura realidade dos números da maior federal do país, em debate organizado pela AdUFRJ no segundo dia de paralisação dos professores

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

O orçamento reduzido, despesas milionárias e regras fiscais draconianas. As causas da dramática situação da UFRJ foram apresentadas com riqueza de dados em um debate organizado pela AdUFRJ na quarta-feira (22). A atividade — que está gravada no canal do sindicato no YouTube — integrou a agenda do segundo dia da paralisação dos

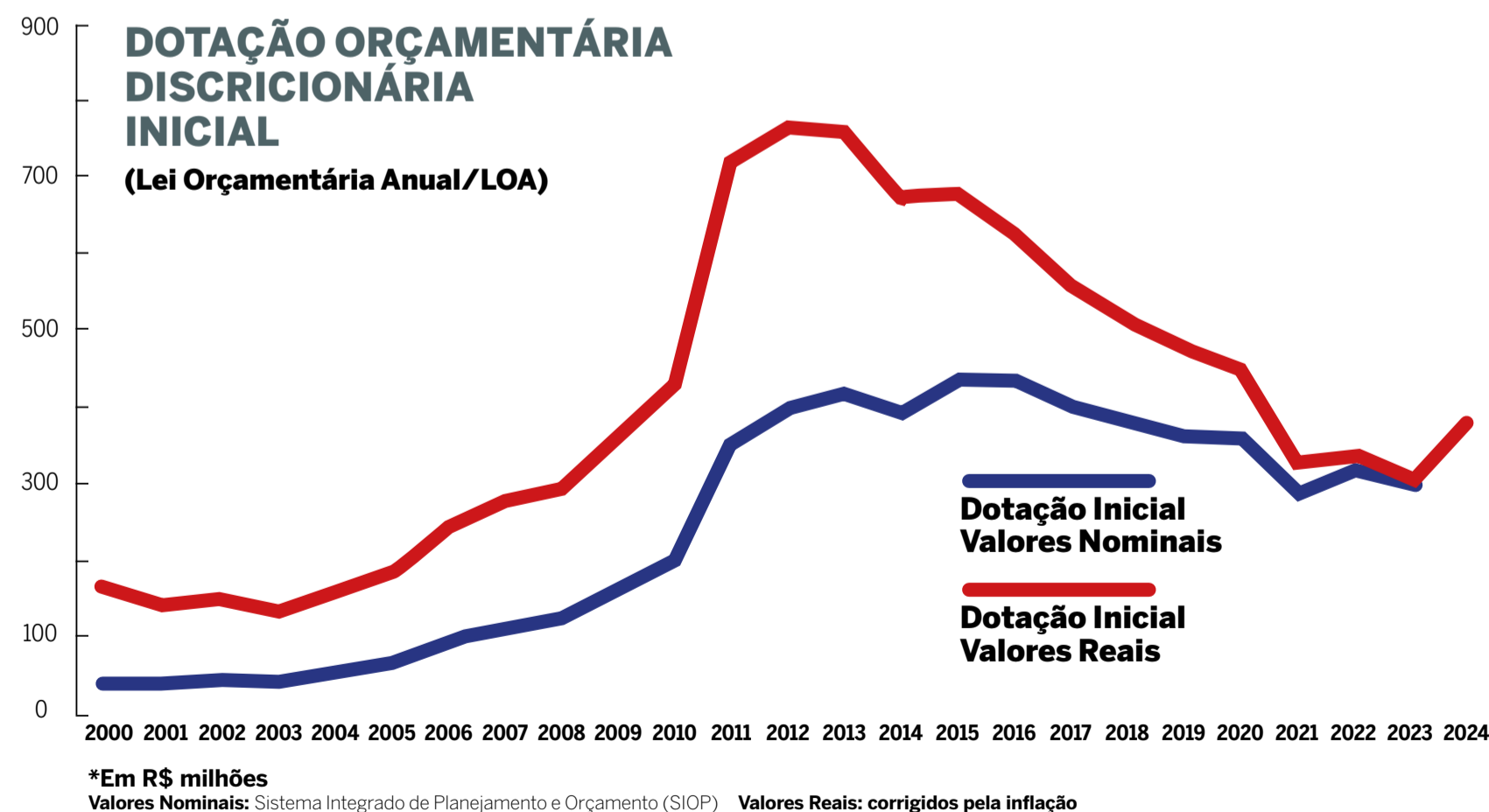
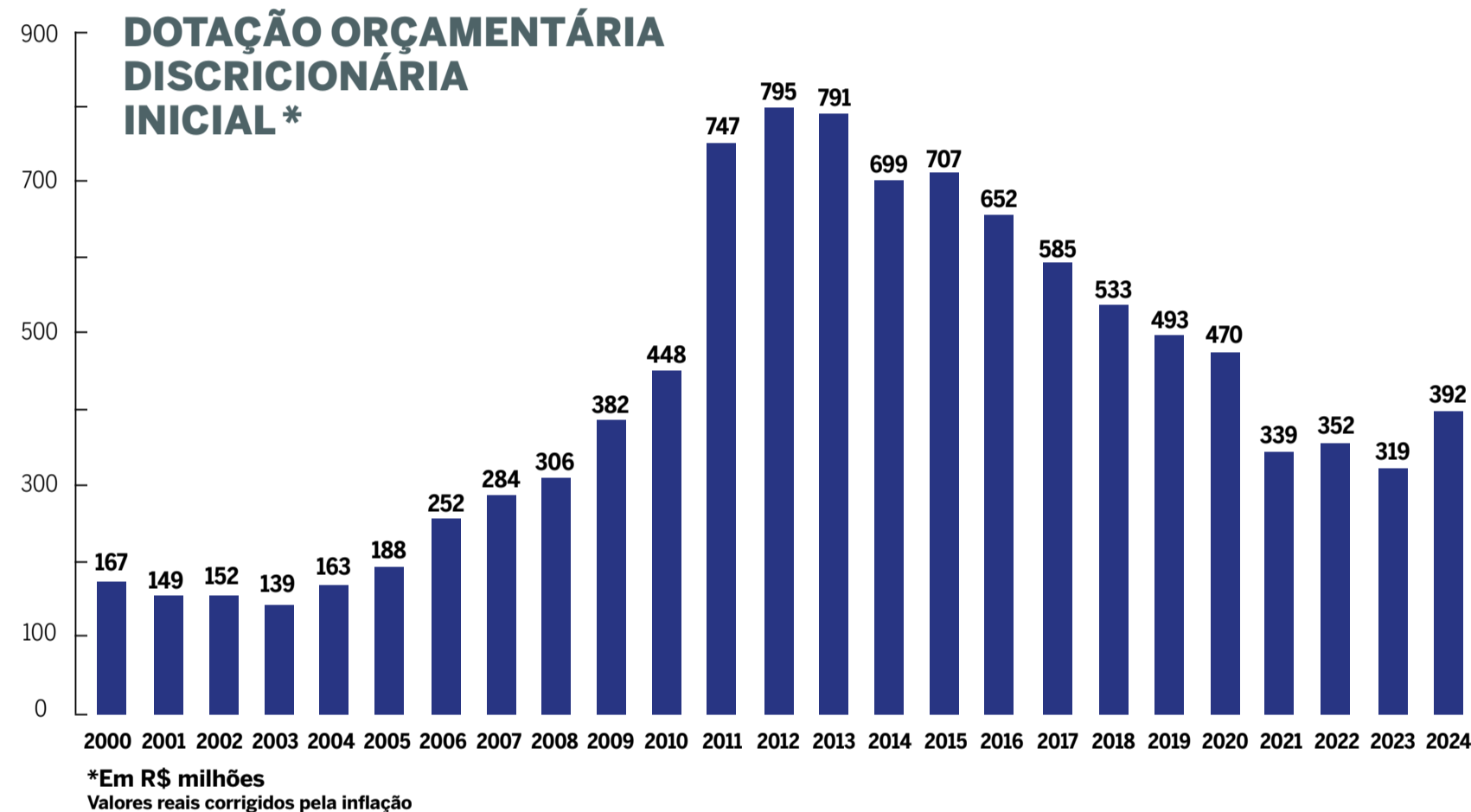
As despesas têm um crescimento vegetativo, por exemplo, nos contratos de prestação de mão de obra. E o orçamento não acompanha

GEORGE PEREIRA DA GAMA  
Superintendente de Orçamento

professores.

“A UFRJ está passando, talvez, o momento mais crítico da sua história”, afirmou o superintendente geral de Orçamento, George Pereira da Gama, que substituiu o pró-reitor Helios Malebranche no evento. “Mas tenho certeza de que a universidade é maior que isso. Os professores Roberto Medronho (reitor) e Cássia Turci (vice) estão assiduamente em contato com o MEC e isso vai se reverter”, completou.

Antes de demonstrar esperança, George expôs os frios números do problema — que podem ser conferidos nestas páginas. Hoje, a instituição trabalha com menos da metade das receitas que já teve entre 2011 e 2013, em valores corrigidos pela inflação. No auge, em 2012, a UFRJ contou com R\$ 795 milhões. Neste ano, são apenas R\$ 391 milhões.



Se considerar valores nominais, ou seja, sem correção, o orçamento atual da universidade é pouco maior que o de 13 anos atrás, de R\$ 367 milhões.

“Já as despesas têm um crescimento vegetativo, por exem-

plu, nos contratos de prestação de mão de obra. Anualmente, eles são reajustados em função dos dissídios dos colaboradores de limpeza e vigilância. E o orçamento não acompanha”, explicou.

Depois da conta de luz (R\$ 67,2 milhões), estes contratos representam os maiores gastos da universidade: vigilância (R\$ 61,9 milhões) e limpeza (R\$ 61,8 milhões). Em seguida, vêm as despesas com alimentação (R\$

42,7 milhões) e a conta de água (R\$ 38,9 milhões).

É fato que 2024 trouxe um orçamento melhor para a instituição. Mas os valores pouco representaram após tantos anos de subfinanciamento. “Este or-



çamento se compara ao de 2012 (em valores nominais). É complicado frente ao tamanho da UFRJ”, continuou George.

Está tão complicado que o desafio tem sido terminar o ano de portas abertas, com as despesas sendo empurradas para o próximo exercício. Em 2017, por exemplo, foram pagos R\$ 60,1 milhões de déficit do período anterior. “A gente já abre o exercício pagando primeiramente as despesas do exercício anterior. É como se fosse um cheque especial. Quando seu salário entra, você tem que pagar primeiro sua dívida”, afirmou o superintendente.

Só houve uma diminuição destes valores em 2021 e 2022, por conta da pandemia, respectivamente, em 2020 e 2021. A universidade ficou praticamente dois anos fechada. Com a retomada das atividades presenciais para a maior parte da UFRJ em 2022 — é bom lembrar que a área de Saúde nunca parou —, o passivo voltou a aumentar: R\$ 79,8 milhões, em 2023.

Se nada melhorar, a situação deve se repetir agora. Embora a universidade conte com uma dotação de R\$ 391 milhões, boa parte das receitas é “carimbada”. Ou seja, tem destinação específica, que a reitoria não pode alterar. É o caso das verbas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), de R\$ 61,2 milhões. E já insuficientes para as necessidades da UFRJ.

O orçamento que a universidade realmente trata como discricionário está limitado a apenas R\$ 294 milhões. Já as despesas estimadas até o fim do ano somam R\$ 540 milhões. Para tentar fechar esta conta, a reitoria faz constantes pedidos de suplementação de recursos ao Ministério da Educação. Por enquanto, sem sucesso.

RECURSOS PRÓPRIOS?

Um alívio para os cofres poderia vir das chamadas receitas próprias — decorrentes de aluguéis de terrenos, por exemplo. Até 2022, tudo que superava a previsão autorizada pelo próprio governo ficava no Tesouro. Lula, logo no primeiro ano do novo mandato, liberou as universidades de fazer esta devolução, por meio de uma emenda constitucional. Mas a regra ainda não funciona como os gestores esperavam.

Os excedentes arrecadados dentro de um mesmo ano demoram meses para serem liberados. Assim como a parte que acaba transferida para o exercício seguinte.

A UFRJ tinha R\$ 21,9 milhões acumulados para receber de anos anteriores a 2023. O MEC disponibilizou a oportunidade para solicitação em 28 de abril

## DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

ANO	VALOR
2023	79.868.093,00
2022	20.423.477,50
2021	10.895.796,72
2020	39.849.390,31
2019	69.850.315,53
2018	64.496.095,23
2017	60.123.436,12

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

## DESPESAS COM O FUNCIONAMENTO BÁSICO (em milhões)

DESPESA	VALOR
Energia Elétrica	67,2
Vigilância	61,9
Limpeza	61,8
Alimentação	42,7
Água e Esgoto	38,9
Terceirizados	38,9
Bolsas Acadêmicas	34,5
Extraquadros	26,5
Manutenção dos Campi	21,0
Transporte	12,5
Despesas Outras	40,8
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>446,7</b>

## ORÇAMENTO 2024

Dotação atualizada:  
**R\$ 388,3 milhões**

Orçamento discricionário (de fato):  
**R\$ 294,42 milhões**

Despesas previstas com funcionamento básico:  
**R\$ 540 milhões**

Como você pode pensar em modernização, sem investir em universidade?

CARLOS PINKUSFELD  
Professor do Instituto de Economia

do ano passado, mas a UFRJ só recebeu os recursos em 23 de outubro. “Foi um ganho. Antes, a gente via (o excedente), mas não recebia”, disse George.

O atraso se repetiu dentro do próprio ano de 2023. Ano passado, a UFRJ tinha uma dotação prevista de R\$ 59,39 milhões, mas arrecadou R\$ 69,03 milhões. Mesmo com os pedidos para ganhar a diferença, só uma pequena parte chegou, no fim do ano passado. Ficaram faltando R\$ 5,8 milhões. “A emenda não tem sido aplicada na íntegra. A gente arrecadou mais, fizemos todas as solicitações em todos os momentos e a Secretaria de Orçamento Federal não nos disponibilizou os recursos”. Os valores devidos do ano passado foram novamente solicitados em abril último. “Mas até agora a gente não recebeu”.

CONTRAMÃO

Com a experiência de ter conduzido a pró-reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças entre 2015 e 2019, Roberto Gambine relatou o início da espiral descendente do orçamento da UFRJ. “O primeiro impacto ocorreu na virada de 2014 para 2015. Sofremos um contingenciamento na casa dos R\$ 70 milhões, que, à época, equivalia a dois meses de funcionamento da universidade”, disse. “Eu imagino que, para todas as gestões da PR-3 de lá para cá, o desafio foi chegar em dezembro pagando as contas de outubro para não piorar a situação que a gente herdou”.

Gambine, hoje na diretoria de Administração do Instituto de Doenças do Tórax (IDT), critica o esvaziamento de uma política pública criada entre universidades e o governo. “Eu considero a democratização e a ampliação do acesso às universidades como a principal política pública construída no país nos

## RECEITA PRÓPRIA REALIZADA

DESPESA	VALOR
2023	R\$ 69.034.798
2022	R\$ 55.899.230
2021	R\$ 47.817.780
2020	R\$ 40.275.174
2019	R\$ 54.778.193
2018	R\$ 54.901.631
2017	R\$ 56.957.451
2016	R\$ 58.348.962
2015	R\$ 56.412.696
2014	R\$ 61.504.453
2013	R\$ 61.766.699
2012	R\$ 59.102.385

Fonte: SIAFI

## RECURSOS PRÓPRIOS (2023)

Dotação Inicial –  
**R\$ 59,4 milhões**

Dotação final –  
**R\$ 63,09 milhões**

Receita arrecadada:  
**R\$ 69,03 milhões**

Excesso de arrecadação:  
**R\$ 5,84 milhões**

últimos anos. Nós mudamos o perfil das universidades federais. Todas abraçaram esse desafio. E, contradiatoriamente, o orçamento vai na contramão”, afirmou. “É devastador. Quando a gente olha os números, chega a doer”.

Ex-representante dos técnicos-administrativos no Conselho Universitário, Gambine também recordou a política de extinção de centenas de cargos da categoria e sua substituição por terceirizados, desde os anos 90. “Hoje, não temos recursos suficientes para dar conta da terceirização”.

A redução das receitas por tanto tempo, acompanhada do crescimento da instituição e das despesas milionárias com serviços terceirizados — que, antes, com os servidores, estavam garantidos na folha de pessoal — gera consequências visíveis. “Literalmente, os tetos estão caindo sobre nossas cabeças. O chão está abrindo sob nossos pés”, disse, em referência a recentes incidentes de infraestrutura da UFRJ.

EDUCAÇÃO EM QUEDA

Regras fiscais ruins também contribuem para o esvaziamento das políticas sociais, com impacto nas universidades federais. E, para o professor Carlos Pinkusfeld, do Instituto de Economia, o teto de gastos públicos criado no governo Temer ainda não foi substituído de forma adequada pelo novo governo.

“A gente não se livrou do teto. Transformamos o teto em nível (aquele valor que não podia gastar a mais) no teto em taxa do crescimento do gasto público. Este ano, o gasto do governo não pode crescer além de 1,7%”, afirmou. A restrição prevalece mesmo com o atual aumento da arrecadação tributária.

Carlos Pinkusfeld, responsável pela mediação do debate, apresentou alguns números assustadores da aplicação de regras fiscais draconianas na Educação em geral, desde 2017. “Tivemos o pico em 2014. A valores de hoje, a gente recebia R\$ 111 bilhões. Em 2022, tivemos R\$ 82 bilhões. Temos uma queda de 27%. Quando a gente vai para investimento, o quadro é bizarro. Tivemos o pico de R\$ 19 bilhões. O vale em 2022 foi de R\$ 5,5 bilhões. Uma queda de 72%”.

O docente do Instituto de Economia reivindica muito mais recursos para as universidades. “Como você pode pensar em modernização, sem investir em universidade?”, questiona. “Se a gente quer modernizar com inclusão, a conta não fecha. Estamos com um déficit de recursos gigantesco. A gente deveria recuperar mais rápido”.



# PRESIDENTE DA CAPES REVELA FIM DO PROGRAMA PRINT

> Afirmação ocorreu em debate promovido pela AdUFRJ, que discutiu a pós-graduação brasileira, seus avanços, limites e possibilidades. Evento foi parte da programação de paralisação docente

RENAN FERNANDES  
comunica@adufjr.org.br

O Programa de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior, o PrInt, termina em dezembro de 2024 e não será renovado, informou a professora Denise Pires de Carvalho, presidente da Capes e ex-secretária de educação superior do MEC. A interrupção foi anunciada em *live* promovida pela AdUFRJ, na última terça-feira, 21. Na ocasião, a ex-reitora também contou que a Capes irá lançar um novo programa de internacionalização. A mediação foi do professor Rodrigo Fonseca, diretor da AdUFRJ.

A palestra integrou a programação da AdUFRJ para os dias de paralisação, 21 e 22 de maio. Na mesma live, estavam o pró-reitor de pesquisa da UFRJ, professor João Torres, e a doutoranda Natália Trindade, que integra as diretorias da Associação de Pós-Graduandos (APG UFRJ) e da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Ao longo do debate, a presidente da Capes informou que haverá prorrogação do edital do Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE). A medida pretende reduzir a evasão dos doutorandos.

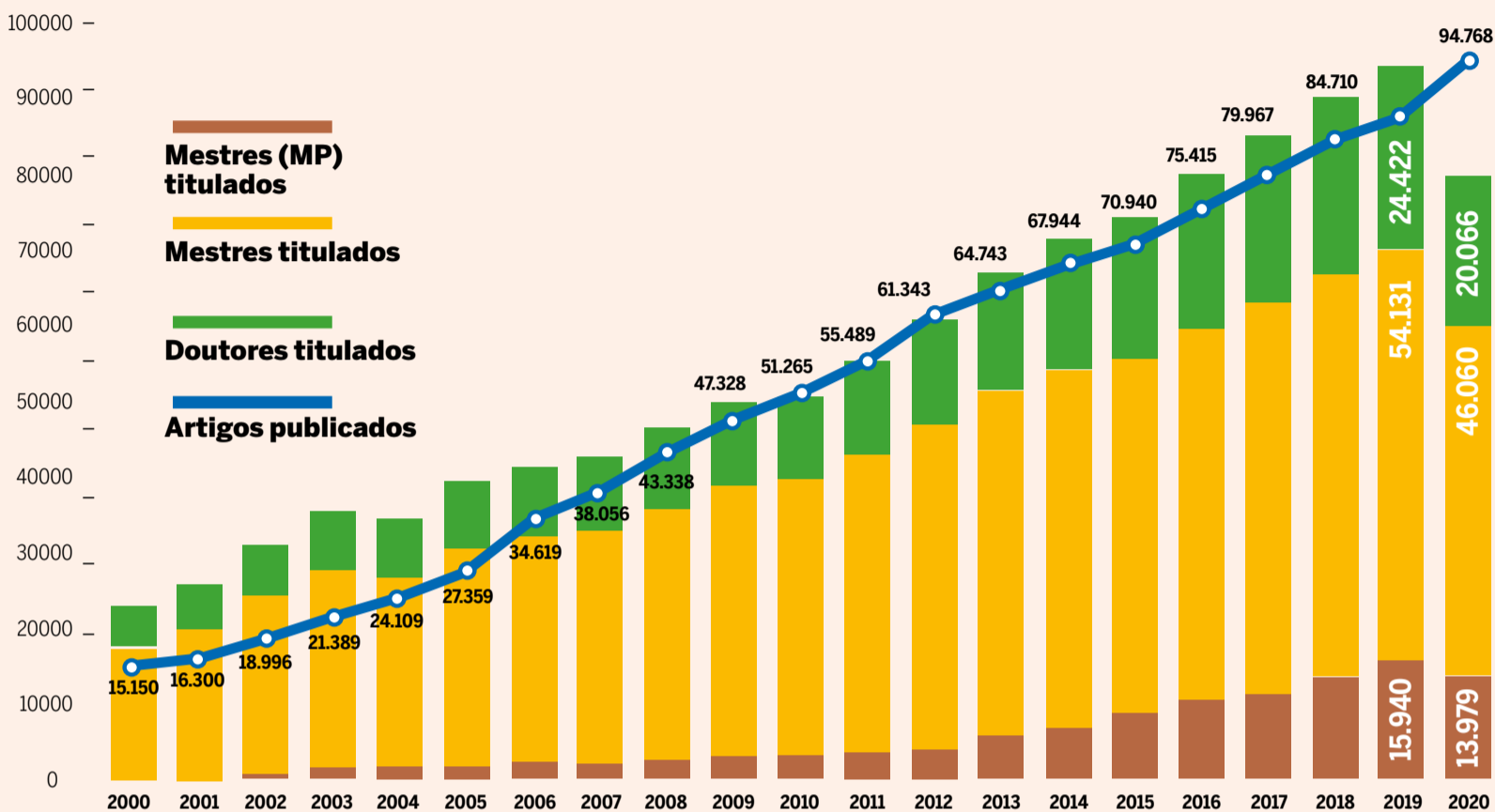
Centrado em números, o debate discutiu se há ou não uma crise da pós-graduação. Denise defendeu que não há crise, mas admitiu problemas que precisam ser superados. Ela destacou o aumento em R\$ 1,8 bilhão no orçamento da Capes, que financia 75% da pós-graduação nacional. A professora apresentou também importantes dados sobre o sistema de pós-graduação *stricto sensu* do país, abalado pela pandemia e pelo subfinanciamento dos governos Temer e Bolsonaro.

De acordo com os números, o Brasil tem cinco vezes menos doutores que a média dos 35 países que compõem a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Apenas 0,2% da população entre 25 e 64 anos possui o título de doutor, enquanto a média da OCDE é de 1,1%. “O primeiro grande desafio é como aumentar o número de doutores no país. Sem doutores, não há pesquisa e, sem pesquisa, não há desenvolvimento”, destacou Denise.

O segundo maior desafio da pós-graduação no Brasil é a assimetria entre as regiões brasileiras. Mas os primeiros passos já foram dados. “Em 2022, 59,2% da produção científica nacional aconteceram fora do Rio de Janeiro e São Paulo. Resultado da interiorização e ampliação dos cursos de pós para regiões onde não havia programas consolidados”, comemorou a professora.

Denise revelou um investimento de R\$ 4,5 bilhões em infraestrutura por meio do PAC das universidades. “Não será como o Reuni (Programa Nacional de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), não virá de maneira discricionária. Será através de Termo de Execução Descentralizada (TED) com o acompanhamento do Ministério da Educação”, explicou. O anúncio oficial, no entanto, esbarra nas dificuldades na tratativa com

## NÚMERO DE MESTRES E DOUTORES TITULADOS E DE ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS



“Precisamos aumentar o acesso à graduação e à pós-graduação. Sem doutores não há pesquisa e sem pesquisa não há desenvolvimento”.

DENISE PIRES DE CARVALHO  
Presidente da Capes

o Parlamento para a aprovação de medidas favoráveis ao ensino superior.

Outro tema delicado e que encontra resistência no Congresso é o projeto que prevê o fim da lista tríplice para a eleição de reitores. “Hoje, são 35 pedidos de vista. A chance desse projeto caminhar é muito pequena”, lamentou. Apesar dos entraves, a aprovação da nova Lei de Cotas foi destacada como importante conquista.

Outro tema tratado pela presidente da Capes foi a avaliação quadrienal da agência. A professora apresentou a nova ficha de avaliação 2025-2028.

Serão avaliados os impactos para a sociedade; a inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento; e a inserção, visibilidade e popularização

da ciência.

### BOLSAS DE PÓS

O professor João Torres de Mello Neto alertou sobre a perda de bolsas de pós-graduação na UFRJ. Segundo o pró-reitor, enquanto o número de bolsas da Capes manteve-se estável, em torno de 2.300, a universidade perdeu 30% das bolsas do CNPq. “Em 2017, a UFRJ tinha 870 bolsas do CNPq. Em 2022, eram 620. Pelo modelo que foi implementado, vamos continuar perdendo muito na UFRJ”, advertiu o professor.

O pró-reitor de pós-graduação e pesquisa revelou preocupação sobre a procura de programas de pós-graduação na UFRJ. João Torres relatou uma queda de até 30% no número de candidatos. O professor citou artigo publicado na Revista Nature para levantar possíveis causas da diminuição na procura. “Entrevistaram seis mil doutorandos no mundo inteiro e as conclusões foram preocupantes. Estudantes relataram assédio, problemas de saúde mental, preocupação com a aspiração por uma carreira. Estamos preparando os estudantes para o século XXI? Essa é uma questão importante”, indagou o professor.

O docente enfatizou a importância estratégica da Educação para o desenvolvimento de uma nação. “A educação é parte de qualquer projeto de soberania de país. E a pós-graduação é parte importantíssima desse projeto”, concluiu o professor João Torres.

### IMPACTO SOCIAL

O Brasil chegou perto de atingir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para a pós-graduação. O país registrou um aumento progressivo na titulação de mestres e doutores nas últimas décadas. O PNE atual, que expira em 2024, estipulou a formação de 60 mil mestres e 25 mil doutores por ano. O país alcançou a meta de mestres em 2016 e registrou 24.422 doutores titulados em 2019, mas a pande-

mia provocou uma queda nos números.

A presidente da Capes apontou o impacto que o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil pode ter em toda a sociedade. “Mais mestres e doutores titulados significa maior produção acadêmica. Quanto maior a produção acadêmica, maior a possibilidade de transferência do conhecimento gerado, maior geração de tecnologia, maior crescimento no desenvolvimento sócio-econômico e possibilidade de implantação de políticas públicas disruptivas”.

Ao comparar a produção acadêmica do Brasil com a de potências globais, a professora Denise fez um paralelo com a China. “Em 1990, a China investia em ciência e tecnologia o mesmo percentual do PIB que o Brasil, cerca de 0,8%. Hoje, investe mais de 2% e por isso virou essa potência. Não é coincidência. Quanto mais se investe em pesquisa e tecnologia, mais o país se desenvolve”, disse. “O Brasil chegou a 1,2% em 2015 e depois retrocedeu progressivamente. O atual governo recompôs o orçamento do MCTI e do MEC para que possamos retomar o crescimento e espero alcançar os 2% do PIB em ciência, tecnologia e inovação”, concluiu a professora.

### NO CENTRO DA POLÍTICA

A doutoranda Natália Trindade enxerga a crise como resultado do momento político do país, que possibilita alcançar mudanças na direção das perspectivas que foram atropeladas nos governos passados.

“Urge a necessidade de nos enxergarmos nos projetos do governo, de querer que pautas importantes sejam colocadas. E estamos sendo atropelados pelas urgências que se acumularam nos últimos anos. A universidade foi fundada na pesquisa e nela precisa garantir seu lado mais arrojado. Existe um chamado para voltarmos a viver uma UFRJ com brilho nos olhos”, defendeu a estudante.